

# A SEDUÇÃO DAS ARMAS

## Radicalização na contestação ao Estado Novo

Ana Sofia Ferreira  
Instituto de História Contemporânea – Universidade Nova de Lisboa

### **1 – A segunda crise do Estado Novo (1958-1962) – a violência no centro do debate político**

O final da Segunda Guerra Mundial e a vitória das democracias fez com que as oposições portuguesas acreditassem que o regime de Salazar não sobreviveria ao fim dos fascismos. Neste quadro de crise do Estado Novo, a oposição portuguesa procurou várias vias para derrubar o regime: a insurreição, a transição e o *putsch* militar. Porém, nenhuma delas conseguiu derrubar a ditadura. Após este período, com o regime recomposto e, com o início da guerra fria, a nível internacional, a questão da utilização da violência só voltou a colocar-se durante a campanha para as eleições presidenciais de 1958, sem, no entanto, se traduzir acções concretas organizadas, apesar dos enfrentamentos violentos, de rua, principalmente na campanha de Humberto Delgado, candidato da oposição às eleições presidenciais.

As eleições de 1958 e, sobretudo, a imensa fraude eleitoral, trouxeram à oposição portuguesa e a uma larga camada da população a convicção da impossibilidade de derrubar o regime através de uma «solução pacífica». Por isso, no seio da oposição começou-se a discutir, novamente, a via para o derrube do regime, colocando-se a necessidade do recurso a acções armadas ou ao *putsch* militar. Seria efectivamente durante a campanha eleitoral que essa ideia ganhou força. Humberto Delgado manteve sempre, aliás, contacto, directo ou indirecto, com militares descontentes no seio das Forças Armadas e conspirou para a realização de um golpe que levasse ao derrube do regime<sup>1</sup>.

Assim, entre 1958 e 1962, viveu-se no país um ambiente predisposto à violência política, com cenas de violência popular nas ruas das cidades, vilas e aldeias. Em 1961, o paquete *Santa Maria* era assaltado por um comando chefiado por Henrique Galvão;

---

1 Cf: ROSAS, Fernando, 2003, Portugal século XX (1890-1976), *Pensamento e Acção Política: Ensaio Histórico*, Lisboa, Editorial Notícias, p. 116

iniciou-se a guerra colonial, em Angola; deu-se uma tentativa de golpe de Estado, chefiada pelo Ministro da Defesa, general Botelho Moniz, e pelos comandos das Forças Armadas; e, o ano terminou com o assalto ao Quartel de Beja. Em 1962, o clima de instabilidade repercutiu-se na crise académica que durou de Março a Junho; nas jornadas de luta de 1 a 8 de Maio, em que havia gente nas ruas a reclamar por armas; e na luta pelas 8 horas de trabalho no Alentejo.

Assiste-se nesta sucessão de acontecimentos, e ainda a partir do Brasil, ao conflitar de duas estratégias de luta armada. Uma, preconizada por Humberto Delgado, que vinham na via do *putch* militar, levado a cabo pelos oficiais descontentes com o regime e só secundariamente apoiado por civis armados. No fundo, tratava-se de fazer cair o governo através de um golpe militar que assegurasse a ordem nas ruas e que o poder não caísse nas mãos do povo. A outra, preconizada por Henrique Galvão colocava a tónica nas acções espectaculares, realizadas por civis armados e rejeitava o golpe militar. Para Galvão, as acções de carácter espectacular colocavam a luta contra o regime no centro das atenções mundiais e abria novas perspectivas na luta contra o regime que a oposição deveria aproveitar<sup>2</sup>.

Por seu lado, a principal força organizada da oposição, o Partido Comunista Português, viria a alterar sua orientação em relação à via para o derrube do regime após a fuga de Álvaro Cunhal e de outros dirigentes comunistas da cadeia de Peniche, em 1960. Durante parte da década de 50, o PCP tinha insistido na possibilidade do regime ser derrubado por via da desagregação interna. Cunhal, depois de sair da prisão, repõe e aprofunda a via do “levantamento nacional” para o derrube do regime, que o PCP vinha defendendo desde o I Congresso Ilegal, realizado em 1943. Segundo esta concepção teórica, o partido deveria apostar na intensificação e generalização das lutas de massas, sob a direcção do partido, até que estas se convertessem numa espécie de greve geral insurreccional que, pela acção das armas, desagregasse as Forças Armadas e suscitasse a intervenção de um sector das Forças Armadas, radicalizado, derrubando o regime. Todavia, em nome das condições objectivas, o PCP tinha relutância em avançar, hesitando sempre, e considerando frequentemente não estarem criadas as condições necessárias para enveredar por este tipo de luta. Na realidade, objectivamente, o eixo central da estratégia do Partido Comunista não passava pela luta armada, pelo que essas

---

2 ROSA, Frederico Delgado, 2008, *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, Esfera dos Livros, p. 887-889

as questões eram subalternizadas, não sendo, no entanto, negadas ou recusadas por princípio<sup>3</sup>.

Depois das eleições de 1958, com manifestantes na rua e militantes do PCP a reclamarem mais radicalização e inclusivamente a pedir armas, é importante salientar que o partido, numa perspectiva sobretudo de autodefesa, ensaiou acções violentas na preparação do 1º de Maio em 1962 e em 1964, procurando desta forma enquadrar os ímpetus mais “espontaneistas” e “aventureiristas” dos sectores mais radicais, inclusivamente da parte de alguns dos seus dirigentes<sup>4</sup>.

Em 1964, Álvaro Cunhal iria redigir o documento *Rumo à Vitória*, que voltava a reafirmar a linha do “levantamento nacional” e reconhecia a necessidade das “acções especiais”, subordinando-as às acções de massas em vista ao derrube do regime<sup>5</sup>, no que objectivamente constituía também uma forma de enquadrar os seus sectores mais radicais.

Porém, a questão do recuso à violência como via para o derrube do regime já tinha levado à primeira cisão dentro do PCP, após a reorganização. De facto, ainda em 1963, Francisco Martins Rodrigues tinha deixado o partido por discordar da sua orientação política. Para Martins Rodrigues uma análise dos acontecimentos dos anos de 1958-1962 permitiam compreender que já estavam criadas as condições para enveredar pela luta armada. O facto de o partido não passar a esta forma de luta levou Martins Rodrigues a deixar o PCP e a formar a primeira organização marxista-leninista portuguesa, a FAP (Frente de Acção Popular), que defendia abertamente a luta armada e chegou a planear acções, que, praticamente, não foram realizadas devido à prisão dos principais dirigentes da organização<sup>6</sup>.

Foi numa resposta à criação da FAP e numa tentativa de conter as vozes mais radicais e críticas, dentro e fora do partido, que o PCP decidiu criar um organismo para as “acções especiais”, que tinha como função planear e executar acções armadas. No entanto, o PCP adiará, até 1970, a concretização destas acção

---

3 Cf: MADEIRA, João, 2013, *História do PCP. Das origens ao 25 de Abril (1921-1974)*, Lisboa, Tinta da China, p. 269-279

4 FERREIRA, Sofia, 2010, “1958-1962, Quatro anos que estremeceram o regime”, in Catálogo da Exposição «*Resistência. Da alternativa Republicana à luta contra a Ditadura (1891-1974)*», Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Porto

5 CUNHAL, Álvaro, 1974, *Rumo à Vitória. As Tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional*, Lisboa, Edições A Opinião!, pag. 230-231

6 FERREIRA, Ana Sofia, 2013, “O conflito sino-soviético dentro do PCP e o surgimento da FAP”, in *Revista História & Luta de Classes*, nº 16, Setembro de 2013, p. 60-65

## **2 – A última crise do regime – o papel da luta armada na desagregação do marcelismo.**

Em 1967, com o assalto por parte da LUAR à delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, iniciou-se um outro tipo de acções revolucionárias, com recurso a meios violentos. Se é verdade esta acção decorria da experiência do DRIL (Directório Revolucionário Ibérico de Libertação) e do voluntarismo de Henrique Galvão com o assalto ao Santa Maria ou o desvio do avião da TAP, o vazio que se seguiu a estas acções seria quebrado com a decisão de alguns dos que aí participaram de rumarem à Europa, na convicção que no interior do país que as acções revolucionárias se deviam realizar.

Assim, a LUAR é a primeira organização que, a partir da segunda metade década de 60, tenta levar a cabo acções armadas contra a ditadura, no interior do país, ainda que se tenha constituído e tenha a sua base política sobretudo em França, com trabalho entre os exilados e emigrantes portugueses, onde recrutava, e a partir dos quais constituía os comandos operacionais a introduzir no país, embora as acções planeadas para o interior nunca tivessem obtido sucesso.

Todavia, foi na década de 70 que as circunstâncias políticas, económicas e sociais no país favoreceram o aparecimento de outras organizações armadas. Os quase dez anos de guerra colonial tinham desgastado o regime e as manifestações contra a guerra multiplicavam-se, o número de desertores e refractários crescia de ano para ano, com a juventude a não querer hipotecar os seus sonhos numa ida para uma África longínqua, da qual nada conhecia, lutar por umas colónias que não sentiam como suas. Por outro lado, a industrialização do país fazia crescer as periferias das grandes cidades, “invadidas” de gente que vem do campo à procura de melhores condições de vida e que tinham aspirações e reivindicações às quais o regime não conseguia dar resposta. Assistia-se ao crescimento da classe média, da escolarização e a uma mudança de mentalidade, trazida pelo acesso cada vez maior ao que se passava pelo mundo, e que, apesar da censura, era visto na televisão e nas viagens ao estrangeiro que se começaram a fazer com maior frequência, trazendo livros, discos, revistas que, depois, circulavam mais ou menos clandestinamente, nos círculos de sociabilidade, junto dos amigos, dos colegas de escola ou nas festas juvenis.

É neste contexto que se consideram ultrapassadas e ineficazes as formas

tradicionais de oposição, baseadas em manifestações pacíficas e abaixo-assinados, e que, cada vez mais, se defendia que o regime só cairia pela luta armada.

Em 1970, o Partido Comunista Português, depois de um prolongadíssimo período de maturação, avançou com a ARA (Acção Revolucionária Armada), levando a cabo a primeira acção em Outubro desse ano. É a sabotagem do navio *Cunene* que participava da logística de apoio à guerra colonial. A ARA realizou em seguida e até 1973 um importante conjunto de acções, flagelando na retaguarda o dispositivo militar colonial. A sua actividade foi suspensa nesse ano, depois da PIDE-DGS já ter detido muitos dos operacionais e identificado o Comando Central. Porém, a suspensão foi justificada pela importância da luta democrática e de massas num quadro de convergência com o Partido Socialista, recentemente constituído, com vista às eleições desse ano<sup>7</sup>.

Em 1971, foi a vez das Brigadas Revolucionárias desencadarem a sua primeira acção. As BR surgiram a partir de uma dissidência no PCP, em que a questão da luta armada para derrubar o regime foi um dos aspectos mais marcantes. Carlos Antunes e Isabel do Carmo divergiram da orientação do partido em relação a esta questão e decidiram fundar uma organização armada que realizou acções até ao 25 de Abril de 1974. Tendo como orientação política e estratégica uma concepção autonomista e basista, as brigadas inverteram a lógica de criação dos grupos armados, tendo surgido primeiro a organização armada e só depois, em 1973, o partido, o PRP, Partido Revolucionário do Proletariado.

Neste contexto, é importante compreender o papel da guerra colonial na radicalização da luta política e no desencadear da luta armada em Portugal.

A guerra colonial iniciou-se em Fevereiro de 1961, em Angola, estendendo-se rapidamente à Guiné, em Janeiro de 1963 e a Moçambique, em Agosto de 1964, arrastando-se depois no tempo sem fim à vista. Para amplos sectores, principalmente os mais ligados às actividades da oposição, a reivindicação do fim da guerra passou a marcar as suas actividades políticas e de contestação ao regime.

Entre as oposições, a questão anti-colonial colocou-se tardiamente. Predominou entre as oposições tradicionais uma posição nacionalista, de extracção republicana que não questionava o colonialismo nos seus fundamentos, limitando-se a uma posição reformista e conservadora sobre a questão.

---

7 Cf. “Comunicado Comum”, in *Avante!*, VI série, 458, de Outubro de 1973

É certo que o Partido Comunista Português defendeu pela primeira vez o direito à independência das colónias no decorrer do V Congresso, em 1957, incentivando a criação de partidos comunistas nas colónias. Em 1961, quando eclodiu a guerra em Angola, foi o único grupo da oposição que reconheceu o direito dos povos das colónias à independência, mas sem transferir este ponto de vista para o campo da oposição legal, como se verificou nas eleições deste ano, ao não criticar, e desse modo acatando implicitamente, o Programa para a Democratização da República, que defendia uma posição conservadora em matéria colonial<sup>8</sup>.

Por outro lado, nos anos 60, os Católicos apareceram com um dos grupos mais empenhados na mobilização contra a guerra colonial. Influenciados pela encíclica *Pacem in Terris*, pelos debates do Concílio do Vaticano II e pela política de *aggiornamento* da Igreja protagonizada por Paulo VI, as suas posições clarificaram-se na procura de soluções pacifistas e consensuais para a guerra colonial. Quando em 1970, o Papa recebeu em audiência dos líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, o facto teve grande impacto em muitos católicos portugueses, que se começaram a questionar sobre a justeza da guerra. A partir daqui intensificaram-se as acções de sacerdotes e de leigos que tomaram posições anti-guerra, de resistência passiva e de reflexão crítica. Inserem-se aqui a dinamização de publicações como o *Direito à Informação*, os *cadernos GEDOC* e o *Boletim Anti-Colonial*, o auxílio à saída clandestina do país de refractários desertores ou a organização de vigílias pela paz, como a de S. Domingos, em finais de 1968, e a da Capela do Rato, no último dia de 1972. No seio deste sector tornou-se clara uma posição explícita contra a guerra, ainda que pacífica, a partir da qual se foi diferenciar por radicalização um grupo que da crítica à guerra colonial passou ao apoio activo às acções de luta armada, quer no plano logístico quer operacional, apoiando as acções da LUAR e das BR contra o aparelho de guerra colonial<sup>9</sup>.

Entretanto, os grupos marxistas-leninistas manifestavam uma total oposição á guerra colonial, colocavam a reivindicação do fim da guerra e da independência das colónias no topo da sua agenda e manifestavam total solidariedade aos desertores e refractários, montando redes de apoio à passagem clandestina da fronteira. Alguns

---

8 MADEIRA, João, 2003, *PCP e a Questão Colonial – dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)*, *Estudos do Século XX*, 3, p. 209-243

9 Cf: ALMEIDA, João Miguel Furtado, 2008, *A oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*, Edições Nélson de Matos, Lisboa

destes grupos, defendendo e teorizando acerca da luta armada como via para derrubar a ditadura, passaram também a defender a deserção com armas, que lhes deveriam ser entregues pelos jovens militares que com isso concordassem, em troca do apoio à sua saída do país, constituindo-se desta forma pequenos arsenais, mantidos tanto dentro como fora do país.

Desta forma, a guerra colonial constitui o principal factor de radicalização na luta contra o regime. Sobretudo os desertores, já com formação militar, ao integrarem, principalmente a partir do exílio, aparelhos militares da LUAR e das BR, ou os grupos marxistas-leninistas que defendiam as acções armadas, fornecem base operacional para o desencadear da luta armada.

No entanto, a estratégia face á participação no seio do aparelho militar e na guerra é diferenciado à esquerda. Enquanto os grupos marxistas-leninistas apoiavam a ida à tropa para aprender a manejar armas e fazer agitação anticolonial no seio das Forças Armadas e desertar depois; para o PCP, os seus militantes não deviam desertar, senão quando tivessem de acompanhar uma deserção colectiva ou corressem riscos de ser presos em resultado da sua actividade revolucionária. A ideia subjacente era de que o partido não podia encorajar a deserção individual dos seus militantes, porque era necessário criar organização comunista nos quartéis, fazer propaganda junto dos soldados contra a guerra, contra a violência dos exercícios militares e as injustiças vindas dos oficiais e a repressão, ou contra a intromissão das potências estrangeira que instalavam bases em território nacional<sup>10</sup>.

A apologia da via armada foi uma constante entre a esquerda radical portuguesa dos anos 70. Nenhuma organização que se reivindicasse marxista-leninista punha de lado o recurso às armas para fazer oposição ao regime, porém, a verdade, é que nenhuma delas passou da discussão teórica e de propaganda à prática. Todas buscaram inspiração fosse na Revolução Cubana, nas guerrilhas da América Latina, na luta do povo do Vietname ou nas lutas de libertação colonial. O apuro ideológico que insistentemente proclamavam suscitava intensas polémicas e acusações recíprocas, prevalecendo a ideia de que a linha táctica mais adequada a aplicar seria a da guerrilha urbana.

---

10 Cf: BEBIANO, Rui, 2002, “As esquerdas e a Oposição à Guerra Colonial”, in *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Actas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias, Universidade Aberta, p. 293-313

Em vésperas do 25 de Abril, estas organizações tinham paióis de armas e explosivos em vários pontos do país, tinham militares treinados ou que tinham feito o serviço militar, dispunham de esboços de acções armadas, mas não realizaram acções. No final, apenas ficaram pela discussão teórica e pela intensa actividade de agitação e propaganda sobre a questão da violência e da luta de massas, sobretudo em meio estudantil.

Quanto às organizações que realizaram acções armadas, estas assumiram-se sempre como anticolonistas. A LUAR desde a sua formação que se havia afirmado contra a guerra colonial e a favor da independência dos povos das colónias, considerando que a realização de acções armadas contra a ditadura portuguesa, efectuadas no interior do país, contribuiria para eclosão de um novo foco de acção violenta que iria favorecer a luta dos povos coloniais. Para a LUAR, a luta anti-colonial e a luta anti-fascista eram indissociáveis<sup>11</sup>. As duas complementavam-se. Porém, reconhecia, que só o fim do regime determinaria o fim da guerra e a independência das colónias<sup>12</sup>. Daí a LUAR apelar e incentivar a deserção dos jovens. Vários militantes tinham desertado antes de embarcar para as colónias ou já em pleno cenário de guerra em África. Este entendimento da LUAR face à deserção aproximava-a das posições dos grupos maoistas, quanto a esta questão.

A ARA, por seu turno, declarava-se ser uma organização que lutava contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo e tomava as instalações militares e o aparelho militar como os seus alvos preferidos. No entanto, a ARA nunca fez a defesa da abertura de uma quarta frente de combate em Portugal, pois o PCP continuava a defender o “levantamento popular de massas” e procurou incluir a criação e as acções da ARA nesta linha política. Assim, pretendia que as acções armadas estivessem ligadas à luta das massas.

Por seu lado, as Brigadas Revolucionárias colocavam o problema da guerra colonial no topo das suas prioridades. Assumindo-se claramente anticolonialistas, anti-imperialistas e anti-capitalistas, as BR tomaram como alvo sistemático das suas acções diversas instalações militares, desferindo, desta forma, diversos golpes ao aparelho militar do regime. As BR e mais tarde o PRP defendiam a abertura em Portugal continental de uma quarta frente de combate que ajudaria a desgastar o regime e o seu

---

11 Comunicado da LUAR “Ao Povo Português”, Junho de 1967

12 Comunicado da LUAR “A Operação Primavera e o Marcelismo”, s.d

esforço de guerra, pois o governo teria de canalizar esforços militares para a metrópole, desguarnecendo a luta nas colónias o que poderia ser aproveitado pelos movimentos de libertação<sup>13</sup>. Além disso, as BR foram a única organização que conseguiu levar a luta armada portuguesa até ao teatro de guerra com o ataque ao Quartel-Geral das tropas portuguesas em Bissau, em 22 de Fevereiro de 1974.

O regime flagelado por este novo tipo de acções colocou os aparelhos militar e policial em alerta. Agora já não era apenas a luta armada nas colónias, esta tinha chegado ao continente, tinha deixado de ser uma teoria desenvolvida e defendida por pequenos grupos de esquerda radical de influência maoista, mas sem capacidade de procedimento concreto. As organizações de luta armada tinham quadros prontos para levar a cabo acções, dispunham de alguma experiência militar, de armas compradas no exterior, adquiridas aos desertores ou roubadas dos quartéis; organizaram aparelhos logísticos e tinham apoios civis. Além disso, ao longo dos treze anos de guerra foi possível recorrer a jovens que sabiam manejar armas, o que os tornava potenciais guerrilheiros. Com o crescimento do descontentamento face à manutenção da guerra e face ao regime, estes jovens tornavam-se um alvo fácil de aliciamento das organizações de luta armada, o que poderia levar à multiplicação das acções armadas contra o regime.

Esta radicalização da luta contra o regime terá contribuído para o apressar do golpe militar do 25 de Abril. A utilização da força das armas como forma de pôr termo ao regime terá condicionado a formação e a politização do movimento militar que o derrubaria.

O Movimento dos Capitães tendo a sua génese numa reivindicação corporativa iria, em poucos meses, evoluir para a necessidade de derrubar o regime pela força. O descontentamento político, a agitação social, o cansaço de uma guerra sem fim à vista e a crescente hegemonia política, ideológica e cultural das esquerdas inspiraria a crescente e rápida politização do Movimento dos Capitães, mais tarde, Movimento das forças Armadas.

A ideia da luta armada como a única via possível para derrubar o regime que grassava nos sectores mais à esquerda teve alguma repercussão nos oficiais intermédios do regime que estavam descontentes com o decorrer do conflito bélico mas também com o rumo do país. A presença de uma forte componente de oficiais milicianos que passaram pela universidade e se foram politizando pelo ambiente que aí se vivia, levava

---

13 Entrevista do camarada “André” à Rádio Voz da Liberdade, Setembro de 1972

para o interior da instituição militar estes pontos de vista. Neste contexto, a partir de uma reivindicação corporativa, os oficiais jovens do Quadro Permanente, compreenderam que a única forma de acabar com a guerra seria fazer cair o regime, mas isso só seria possível através das armas, preparando e desencadeando, um golpe militar de carácter clássico.

A Revolução do 25 de Abril de 1974, com os cravos a adornar os canos das espingardas, mas transformando-se rapidamente num processo revolucionário, acabou por ser o epílogo deste longo processo de radicalização da oposição à ditadura, no qual, a questão do recurso violência sempre esteve presente.